



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 31 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para nomeações para Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhes conferem a Portaria IFMS nº 1.728, de 29 de dezembro de 2023 e o art. 123 do [Regimento Geral do IFMS](#);

Considerando o Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021; a Instrução Normativa Conjunta nº 4, de 13 de junho de 2019; a Portaria nº 121, de 27 de março de 2019 do Ministério da Economia; o Parecer nº 00090/2020/PROJU/PFIFMATO GROSSO DO SUL/PGF/AGU (Processo nº 23347.004071.2020-18) e o Processo nº 23347.008752.2023-06;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos para nomeações para Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG) no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

CAPÍTULO I

CRITÉRIOS

Art. 2º Para os atos de nomeação ou de designação de ocupantes para Cargos de Direção (CD) ou Funções Gratificadas (FG), deverão ser observados critérios gerais e específicos, conforme nível de correlação disposto no Anexo II da Portaria nº 121, de 27 de março de 2019 c/c com o Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

Art. 3º São critérios gerais para ocupação de CD e FG:

I - idoneidade moral e reputação ilibada;

II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado; e

III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no [inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

Parágrafo único. Os ocupantes de cargos em comissão e de funções de confiança informarão imediatamente a superveniência da restrição de que trata o inciso III do *caput* à autoridade responsável por sua nomeação ou sua designação.

CAPÍTULO II

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

Seção I

CCE e FCE - níveis 10 a 12 (CD-04)

Art. 4º Os ocupantes de Cargos Comissionados Executivos (CCE) ou de Funções Comissionadas Executivas (FCE) de níveis 10 a 12 (CD-04) deverão atender, cumulativamente, aos critérios gerais dispostos no art. 2º desta Instrução Normativa e, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, dois anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, dois anos;

III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função;

IV - ser servidor público ocupante de cargo efetivo de nível superior ou militar do círculo hierárquico de oficial ou oficial-general; ou

V - ter concluído ações de desenvolvimento com carga horária mínima acumulada de cento e vinte horas ou obtido certificação profissional em áreas correlatas ao cargo ou à função para o qual tenha sido indicado.

Seção II

CCE e FCE - níveis 13 e 14 (CD-03)

Art. 5º Os ocupantes de Cargos Comissionados Executivos (CCE) ou de Funções Comissionadas Executivas (FCE) de níveis 13 e 14 (CD-03) deverão atender, cumulativamente, aos critérios gerais dispostos no art. 2º desta Instrução Normativa e, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, três anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, três anos; ou

III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

V - ter concluído ações de desenvolvimento com carga horária mínima acumulada de cento e vinte horas ou obtido certificação profissional em áreas correlatas ao cargo ou à função para o qual tenha sido indicado.

Seção III

CCE e FCE - níveis 15 a 17 (CD-02 e CD-01)

Art. 6º Os ocupantes de Cargos Comissionados Executivos (CCE) ou de Funções Comissionadas Executivas (FCE) de níveis 15 a 17 (CD-02 e CD-01) deverão atender, cumulativamente, aos critérios gerais dispostos no art. 2º e, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 (CD-03) ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos; ou

III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

V - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima acumulada de cento e vinte horas.

Seção IV

Funções Gratificadas (FGs) e Função de Coordenador de Curso (FCCs)

Art. 7º Nesta seção, os critérios a serem observados são os dispostos no art. 3º desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Os servidores postulantes à ocupação de CD ou FG, ou já ocupantes, deverão atender, no mínimo, a um critério específico a depender do nível do cargo ou função que ocupa ou irá ocupar, nos termos do que determinam os arts. 4º, 5º e 6º desta Instrução Normativa.

Art. 9º Para atendimento do inciso I, do art. 3º, desta Instrução Normativa, deverá ser analisado o assentamento funcional do servidor convidado para assumir CD ou FG, quanto ao registro de penalidades de advertência, suspensão ou censura ética.

Parágrafo único. Serão desconsiderados os registros de penalidades cancelados, de acordo com os prazos previstos no art. 131, *caput*, da Lei nº 8.112/90 e o art. 37, §1º, da Resolução nº 10/2008, da Comissão de Ética Pública.

Art. 10. Observados os critérios dispostos nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, a escolha final do postulante é ato discricionário da autoridade responsável pela nomeação ou pela designação.

Art. 11. O processo para emissão de Portaria de nomeação ou designação para cargo de direção ou função gratificada (FG/FCC) deverá conter, no mínimo, os seguintes documentos, sem prejuízo do disposto na Instrução de Serviço nº 004, de 05 de julho de 2016 do IFMS:

I - Memorando da chefia solicitando a nomeação ou designação do servidor e indicando o atendimento do critério previsto no inciso II, do art. 2º, da Instrução de Serviço citada no *caput* do presente artigo;

II - Declaração negativa de registro das penalidades de advertência, suspensão ou censura ética, no assentamento funcional, emitida pela Diretoria de Gestão de Pessoas;

III - Declaração de não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, conforme modelo constante no Anexo I desta Instrução de Normativa.

IV - Declaração de Grau de Parentesco (Nepotismo).

Art. 12. Deverão ser observados os demais dispositivos do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa nº 2, de 3 de agosto de 2021.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sérgio de Souza Pires
Diretor de Gestão de Pessoas

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE

Eu, <nome do servidor>, Matrícula SIAPE nº.<siape>, DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, que estabelecem as hipóteses impeditivas de nomeação, contratação, admissão, designação, posse ou início de exercício para cargo, emprego ou função pública, em caráter efetivo ou em comissão, e que:

() não incorro em nenhuma das hipóteses ali previstas.

() incorro na hipótese prevista na alínea __ do artigo citado.

Declaro, sob as penas da lei, que estou ciente das vedações previstas nas legislações vigente e que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

<Cidade>, xx de xxxxxx de 20__.

Assinatura do servidor

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Sergio de Souza Pires, DIRETOR(A) - CD3 - DIGEP**, em 31/01/2024 10:29:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/01/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 428966

Código de Autenticação: fb9911cc6e

